

Do Partido Republicano Paulista ao Operário: personagens de um mesmo jornal

CÉLIO JOSÉ LOSNAK¹

Vários autores apontam o período da virada do século XIX para o XX como uma fase de acentuadas transformações da imprensa brasileira. Os estudos que analisam os grandes veículos do Rio de Janeiro mostram que eles passavam a incorporar novos elementos, alguns próprios da produção jornalística e do caráter empresarial e mercantil, outros vinculados às recentes tecnologias gráficas e de comunicação, como também questões suscitadas pelas mudanças da sociedade (SODRÉ, 1999; BARBOSA, 2007; MEDINA, 1988; COSTA, 2005). O mesmo ocorreria em São Paulo nas décadas seguintes.

A rigor, é difícil apontar no século XX para um período longo na História da Imprensa sem identificarmos sutis alterações. Apesar das possíveis polêmicas em torno da dificuldade de delimitar fases de permanência e estabilidade na História, de um lado, e fases de mudanças com transformações significativas (CHESNEAUX, 1995), de outro, consideramos que os autores citados, com ênfases e abordagens diferentes, convencem-nos da existência da tendência de veículos de imprensa buscarem independência econômica, por meio da publicidade e dos leitores, independência política em relação ao Estado e aos partidos e profissionalização dos redatores e repórteres. Entretanto, a existência de brechas nessas obras somadas a informações/reflexões presentes em outra bibliografia (AQUINO, 1999; SMITH, 2000; KUSHNIR, 2004) contribui para pensarmos que esse modelo linear do tempo (BENJAMIN, 1985) não dá conta da complexidade da História da Imprensa e do Jornalismo.

Os diversos estudos apontam a intrincada relação entre Estado, partidos e imprensa, mesmo em períodos de liberdade política de imprensa empresarial e capitalista supostamente autônoma da política. O ideário do jornalismo profissional, objetivo e independente convive com benesses dos poderes estatais, com afinidades ideológico-partidárias, vínculos intelectuais, apoios publicitários, jogo do poder simbólico da imprensa como quarto poder, interesses empresariais, lógica de mercado com o público, estruturas mentais tradicionais (SCHUDSON, 1978; TRAQUINA, 2005; JEANNENEY, 1996; DARNTON, 1995).

Em pesquisa com a imprensa no interior de São Paulo das primeiras décadas do século XX é possível identificar a presença de intrincada mistura de temporalidades e de agentes sociais convivendo e produzindo o mesmo jornal. Embora o foco esteja em um veículo

¹ Doutor em História Social e professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP.

interiorano, *O Baurú*, o produzido na cidade do mesmo nome, entre 1906 e 1924, o objetivo não é apontar que os seus redatores dialogavam com questões importantes para a sociedade da época, tanto ao nível jornalístico quanto político, que circulavam em vários impressos por representarem tensões sociais típicas do período republicano.

A cidade de Bauru tornou-se município em 1896 quando era um pequeno vilarejo à beira de um picadão, que rumava da área central do estado de São Paulo para o extremo Oeste e marcava a fronteira entre a “civilização” e o “sertão”. Durante sua primeira década de existência, não havia nenhum outro município mais ocidental em área denominada nos mapas de “sertão desconhecido”. Parte dessa região era ocupada por índios Caingangues e por alguns moradores dispersos e isolados, pobres e voltados para atividades de subsistência.

Em 1905, chegaram até Bauru os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, vindos de São Paulo, e começaram a ser instalado o leito da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) que seguiria para o Mato Grosso². Por meio dela, uma região ainda inexplorada e não ocupada pela lógica da sociedade produtora de mercadorias. A chegada das duas ferrovias foi decisiva para a cidade que se formava³. Bauru sofreu alterações significativas com o movimento econômico e populacional desencadeados pelo sistema de transporte de trens com a circulação de bens e pessoas. Rapidamente ela passou a adquirir características urbanas e a sociedade foi se tornando mais complexa. É nesse contexto de transformações estruturais que, em 1905, surgiu o primeiro jornal local *O Progresso de Bauru*. Ele durou pouco tempo, mas logo depois surgiria outro com vida mais longa.

O Baurú foi lançado em dezembro de 1906, como o segundo periódico da cidade, e circulou até 1924. Criado por um comerciante e advogado, Domiciano Silva, com o objetivo de expressar os interesses do Partido Republicano Paulista⁴, embora não estampasse a denominação de “Órgão Oficial”, um procedimento comum de jornais da época⁵. O

² As obras prolongaram-se no trecho paulista até 1910, quanto atingiu as barrancas do Rio Paraná e até 1914 quando os trilhos chegaram à beira do Rio Paraguai.

³ Em 1910, chegaria a terceira linha, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro ligando Bauru à Campinas e São Paulo.

⁴ No primeiro ano publicou o diário oficial do município indicando estreita ligação com prefeitura. Quando Almerindo Cardarelli assume a direção, no início de 1909, é nítida a intensificação dos textos solidários aos movimentos sociais.

⁵ Era comum em cada cidade circular um jornal como veículo oficial do partido com essa denominação presente na primeira página logo abaixo do título. O principal jornal oficial do PRP até 1930 foi o *Correio Paulistano*.

posicionamento do *O Baurú* variou em diversas fases⁶. A partir do início de 1909, ele passou a ser dirigido por Almerindo Cardarelli que imprimiu ligeira mudança em seu perfil⁷. O jornal continuou a representar um grupo dentro do partido que ora apoiava, ora criticava o poder municipal e o diretório local. Durante a campanha eleitoral de 1910, entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, posicionou-se em defesa de Rui e encetou polêmicas que mobilizavam os textos jornalísticos e ultrapassaram o período eleitoral.

O periódico circulava semanalmente, tinha quatro páginas com a concentração de notícias e notas na primeira e segunda, podendo ser encontrados também editais, poemas, folhetim e a seção livre. Nas terceiras e quartas páginas predominavam os anúncios da cidade. O conteúdo centrava-se na localidade e na região próxima. Poucas notas remetiam-se aos acontecimentos estaduais e nacionais. Os internacionais eram raros. Pouquíssimas vezes lançava mão de ilustração e fotos devido às dificuldades da época para um jornal pequeno reproduzir imagens.

Apesar de ser um jornal interiorano e modesto, ele revela um posicionamento significativo em relação à classe operária marcando posição ao defender os trabalhadores. A marca dessa postura é explicitada na edição de primeiro de maio de 1909 utilizando toda a página um para discutir o dia do trabalho. Com letras garrafais, no alto, aparecem três linhas acima da mancha de texto:

**“Homenagem
A Festa do Proletariado
Salve! Primeiro de Maio de 1909 Salve!”**

Abaixo seguem três textos: “Socialismo” fazendo breve histórico do movimento na Europa, citando alguns utopistas do século XIX e Marx e Engels, defendendo a postura legítima do jornal ao solidarizar-se com a classe operária; “1 De Maio” tratando da

⁶ Uma indicação de ligeiras alterações na busca por definição de sua identidade editorial e de posicionamento diante de questões locais é a série de slogans estampadas no alto da primeira página: nas primeiras edições, “Linha: Sorocabana e Noroeste do Brasil”; em 1908, “Organ político, commercial e noticioso”; no início de 1909, “Orgam imparcial, dedicado aos interesses do povo”; ainda no mesmo ano, “Orgam dos interesses do povo”; em 1910, “Semanário independente”.

⁷ Há dificuldade para descobrir informações biográficas dos jornalistas. Cardarelli seria de origem italiana, fora empregado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro por vários anos, assumiu o jornal, mantinha uma papelaria/livraria, fazia trabalho de impressão em geral e fora acusado pelos oponentes políticos de anarquista.

importância da comemoração e do caráter inovador social da classe operária, bem como da necessidade de basear sua existência segundo “os princípios do direito e da justiça” ; “Salve o Primo Maggio – Lavoratori” redigido inteiramente em italiano e defendendo a necessidade de organização operária. Além disso, na página dois há um convite para participação em uma reunião onde ocorreria a comemoração operária de todas as nacionalidades.

As notas comemorativas do dia do trabalho são publicadas até 1912 e, nesse período, o jornal revela abordagem de dois temas importantes⁸. O primeiro refere-se ao movimento operário, anarquista e anticlerical⁹. Algumas notícias fazem referência ao movimento, posicionando em relação a acontecimentos ocorridos em São Paulo e na Espanha, embora não usem a palavra anarquismo¹⁰. Outras notas citam a existência de reuniões e eventos, inclusive com visitantes que apontam conexões com jornais operários de São Paulo¹¹. Alguns textos são assinados por pseudônimos (Conde Negro, Nero), mas é possível identificar o professor Arymathéa redigindo textos e convidando o público para reuniões.

Nesse período, o jornal abre espaço para noticiar e anunciar eventos e reuniões de grupos operários autodenominados de socialistas que buscavam ampliar os direitos dos trabalhadores por meio de lutas emancipadoras. Apesar serem pequenas e esparsas notas no decorrer de alguns anos, *O Baurú* abria uma brecha incomum. Jornais publicados posteriormente na cidade de viés mais profissionalizado não continham a presença dos

⁸ O texto comemorativo de 1911 prevê, no futuro, o dia primeiro de maio como um feriado: “... reconhecendo os sagrados direitos dos trabalhadores, será obrigada a curvar-se perante a grande machina do movimento do progresso de todas as raças e proclamar em altos brados a pura e verdadeira Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (1º de Maio. *O Baurú*, 01/05/1911, p.1).

⁹ Nesse período há muitos textos criticando o clero e a Igreja, remetendo a acontecimentos locais, de outras cidades próximas e também de repercussão nacional.

¹⁰ Textos comentando a execução do professor espanhol Francisco Ferrer, criador da Escola Moderna difundida dentre os anarquistas, e criticando o despótico governo espanhol. Há também convite para a comemoração de um ano de morte do militante (*O Baurú*, 09/10/1910 e 16/10/1910). O evento era patrocinado pela Liga Socialista Internacional. No ano seguinte, há nota comentando a comemoração de dois anos da morte do “livre pensador”. Em outro tema, *O Baurú* reproduz polêmica lançada por *La Bataglia* e *A Lanterna* (jornais operários de tendência anarquista impressos em São Paulo) ao publicarem denúncias de assassinato de uma menina no orfanato Cristovam Colombo em São Paulo. Os textos alimentam uma polêmica por meses, perpassam várias matérias em que surgem críticas à Igreja Católica, e sugerem que o responsável pela morte era um padre que estava sendo protegido pela Igreja (**Idalina**. *O Baurú*, 20/11/19010; **Onde está Idalina?** *O Baurú*, 26/02/1912).

¹¹ Na edição de 07/08/1901 há nota informando que José Romero, representando o jornal anticlerical “A Lanterna” ministrou a palestra intitulada “A ação perniciososa do clero” no Cinema Recreio. O convidado teria sido trazido pelo professor e redator José de Arymathéa Machado.

trabalhadores tanto no sentido de manifestação, de anúncio, de organização bem como de notícias que problematizavam as condições do trabalho operário¹².

No início do século XX, desatacam-se os redutos populares ou operários da imprensa nas capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os jornais operários compostos pelos gráficos, de tendências anarquistas e socialistas, eram a alternativa para comunicação dos assuntos pertinentes à classe e às suas mobilizações políticas (FERREIRA, 1978). Havia também impressos com atuação mais ampla, um exemplo foi a *Folha do Braz* (1898-1901) editada no bairro paulistano do mesmo nome por Edgar Leuenroth, gráfico, jornalista e intelectual operário (CRUZ, 2000). No geral, a imprensa operária, presente em muitas cidades do país, era uma produção de classe: não tinha objetivos mercadológicos, não era estruturada por redatores profissionais e segundo princípios hierarquizados, utilizava alguma publicidade desde que compatível com os princípios políticos, o conteúdo visava educar, doutrinar e comunicar sobre os movimentos organizatórios e culturais. Enfim, era um tipo imprensa em que os comunicadores pertenciam ao mesmo grupo social dos leitores (HARDMAN, 1984).

Fora de seu próprio meio social, os trabalhadores tinham pouco espaço de representação. Os estudos de Prado e Capelato (1980) demonstram o perfil da atuação do símbolo da grande imprensa paulista do início do século XX, o *Estado de S. Paulo*¹³. As pesquisas das autoras centradas nos editoriais do periódico, no período entre 1925 e 1945, apresentam um jornal de posicionamento conservador, temeroso diante do movimento social e do comunismo. O projeto político da empresa e dos intelectuais componentes da redação era de criar um país seguindo o modelo norte-americano e de normatizar as classes populares tornando-as educadas, ordeiras, normatizadas e produtivas (CAPELATO, 1989; LUCA, 1999)¹⁴.

¹² *Diário da Noroeste*, publicado entre 1925 e 1930, e *Correio da Noroeste*, publicado entre 1931 e 1968.

¹³ O outro jornal de destaque no estado era o *Correio Paulistano* confessadamente veículo oficial do Partido Republicano Paulista.

¹⁴ Na obra *O Bravo Matutino* (CAPELATO e PRADO, 1980) há uma análise do posicionamento do *O Estado de São Paulo* em relação ao movimento operário no período de 1902 e 1917 em São Paulo (Bárbara Weinstein – “Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em O Estado de S. Paulo – 1902-1917”. Apêndice, p.135-176). A autora considera que em quatro movimentos políticos grevistas dos operários (1906, 1907, 1912, 1917) pouquíssimas vezes apareceram informações com destaques na primeira página. Apesar de certa indiferença, Weinstein identifica simpatia do jornal pelos movimentos grevista de 1912 e 1917. O *Estado de S. Paulo* condenava a violência operária, mas achava justas as reivindicações por reajustes salariais. A autora argumenta que nesse momento, nas primeiras duas décadas do século XX, a classe operária

O segundo tema abordado pelo *O Baurú* a ser destacado é a situação dos funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e dos trabalhadores que atuavam nas obras de instalação da linha férrea e eram contratados por empreiteiras. O jornal noticiava acidentes de trabalho, falta de assistência médica aos trabalhadores, maus-tratos no trabalho, com situações agravadas para os contratados pelas empreiteiras¹⁵. Em alguns momentos, os redatores respondiam às críticas que circulariam na cidade e outros periódicos acusando o jornal de ser contra a empresa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil¹⁶. O impresso argumentava que procurava colocar-se como defensor dos direitos dos trabalhadores e contra a exploração exercida pelas empresas¹⁷.

Em fevereiro de 1910, há denúncia de que um grupo de homens com maleita estava abandonado próximo às instalações da Noroeste em Bauru. Diariamente havia cerca de vinte e cinco pessoas naquelas condições. Sem trabalho, sem dinheiro, sem atendimento médico, o grupo mendigando revelava, segundo o redator, a existência de uma “miséria triste e cheia de horrores”¹⁸. “Os desgraçados que ontem trabalharam para o progresso de nosso estado, hoje são obrigados a morrer se não de doença, de miséria pelos maus tratos,... morrer de fome”. O viés anticlerical é explicitado quando o autor observa que a situação era mais gritante porque os moradores e autoridades de Bauru ficavam indiferentes ao drama ao mesmo tempo em que se mobilizavam para arrecadar dinheiro visando à construção de uma casa paroquial.

ainda não era vista pela elite como significativa ameaça à ordem social, “era pequena, fraca e merecedora de proteção”, por isso, o posicionamento do periódico ser mais liberal em relação aos movimentos.

¹⁵ Em julho de 1909, ocorreu uma greve dos trabalhadores da instalação da linha por estarem sem pagamento há meses (**Greve? Noroeste**. *O Baurú*, 25/07/1909, p.1). Meses depois é noticiada uma confusão envolvendo dois trabalhadores das obras que arrombaram a porta de um estoque de comida para obtê-la por estarem com fome. Quando o feitor e outros trabalhadores descobriram, houve agressão e os dois fugiram graças à passagem de um trem. O redator solidariza-se com os dois ladrões, porque o ato seria justificado pela fome, e critica a arbitrariedade dos funcionários da NOB por agredirem os dois famintos (**Roubos e Pancadas**. *O Baurú*, 30/11/1909, p.1). No mesmo ano, o jornal noticia e protesta contra a situação de um funcionário doente que foi enviado para Bauru para ser tratado, mas teria esquecido o documento médico que o autorizaria a viajar pelo trem em busca de atendimento. O chefe do trem expulsou o trabalhador do carro por ele não ter o bilhete. O indivíduo foi abandonado à beira da linha e no meio do mato sem estar em condições de locomover-se. Tudo fora descoberto e relatado por um jornalista que estava no mesmo trem do ocorrido (**Na Noroeste- para quem apelar?** *O Baurú*, 25/04/1909, p.1).

¹⁶ **Auto-defesa**. *O Baurú*, 27/03/1909, p.1; **Muito Demorou**. *O Baurú*, 09-05-1909.

¹⁷ Moratelli (2009) defende que a instalação de ferrovias era um empreendimento capitalista com a participação de bancos, empresas empreiteiras, engenheiros, fornecedores de materiais e equipamentos e especuladores. A exploração acentuada da força de trabalho por empreiteiras foi a tônica nas obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Eram comuns baixos salários, atrasos nos pagamentos, ausência de segurança, alimentação deficiente e má qualidade, falta de assistência médica, jornadas excessivas.

¹⁸ **ESMOLAS**. *O Baurú*, 13/02/1910, p.1.

Na mesma edição há uma nota informando que o ministro da Viação fora notificado pelo ministério das relações exteriores de que a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estava enviando para Assunção no Paraguai trabalhadores doentes. Seria uma estratégia da empresa para desvencilhar-se deles. O redator toma posição em defesa dos indivíduos descartados, além de reportar brevemente o ocorrido, comenta que “é dever da companhia zelar pela saúde de seus empregados, provendo-lhes o tratamento, em caso de necessidade”¹⁹. Um mês depois, nova nota denuncia que, em Itapura, à beira do Rio Paraná, a empresa estava enterrando à noite os corpos de trabalhadores mortos por maleita²⁰. Ação devia-se à tentativa de ocultar o número de mortos e não causar alarme entre os trabalhadores²¹.

Há sutis diferenças no intrincado posicionamento do jornal em relação às diversas instâncias sociais. A defesa dos trabalhadores, a crítica dos exploradores do trabalho e a presença de tendência anarquista dentre os redatores convivem com a simpatia pela ferrovia, particularmente a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). A construção da rede férrea estava transformando o Oeste de São Paulo. Para usar palavras da época, a ferrovia era entendida como sinônimo de “progresso” e de “modernidade” (CASTRO, 1993, HARDMAN, 1991). Essa representação social do processo de ocupação da região por fazendas de café, surgimento de cidades e base ferroviária norteava textos apologéticos em torno das transformações do território²². E essas transformações eram pensadas na perspectiva da expansão bandeirante dos paulistas que se agigantava por meio da inserção no mercado internacional: “era São Paulo... a terra do Progresso e do café”²³. Nessa lógica, Bauru era valorizada com o ponto de conexão entre o Mato Grosso e São Paulo, a cidade por onde convergiam três linhas ferroviárias que consolidavam o próspero futuro do país²⁴.

¹⁹ **Noroeste**. O Baurú, 06/02/1901. p.2.

²⁰ **É POSSÍVEL**. O Baurú, 28/03/1901, p.2.

²¹ Essas matérias são suficientes para indicar a existência de péssimas condições de trabalhos nas obras de instalação da ferrovia. Castro (1993) demonstra detalhadamente as condições degradantes dos operários na construção da ferrovia Noroeste.

²² **Noroeste do Brasil. Importância econômica**. O Baurú, 16/02/1908. p.2; **De Avanhandava**. O Baurú. 27/10/1907. p.1;

²³ “e que demonstra a prosperidade crescente do Estado que é o esteio econômico da União e o fato quase único do seu progresso”. **Chronica Semanal**. O Baurú, 17/11/1912, p.1; **De Viagem**. O Baurú. 05/03/1922. p.1 Essa mesma perspectiva está na série de reportagens que um editor do *Estado de São Paulo*, Brenno Ferraz, publicou em 1923 em seu jornal e, em 1924, em livro (FERRAZ, 1924).

²⁴ **Dr. Afonso Pena**. O Baurú, 16/02/1908, p.1; **Inauguração**. O Baurú, 16/02/1908. p.2; **Noroeste do Brasil**. O Baurú. 16/08/1908.

Outro ponto, é que a ferrovia financiada por verba federal marcava a presença da presidência da república e articulava relações entre os poderes municipal, estadual e federal. A chegada da NOB à Bauru com sede administrativa e base da construção da linha transformou o vilarejo adquirindo peso político importante²⁵. As visitas de autoridades e periódicas inaugurações de trechos eram cobertas por longos textos laudatórios aos eventos e aos visitantes ilustres²⁶. Nesse sentido, deve-se destacar a atuação do *O Baurú* em dupla via: ele se posicionava com textos simpáticos à importância da ferrovia para a região, tinha alinhamento a um grupo liberal do PRP e ainda posicionava-se atrelado ao jogo de forças internas às elites, mas, ao mesmo tempo, combatia as arbitrariedades da empresa em relação ao descaso no tratamento dos trabalhadores e se distanciava da Igreja objetivando um pensamento laico.

No decorrer da década de 1910, o jornal mantém posição crítica à Igreja. Ele posiciona-se contra o bispo em várias ocasiões, tais como transferência de pároco e na resistência da Igreja em concordar com a realocação da matriz. Um projeto de modernização urbana previa a construção de um jardim público e, para isso, previam o deslocamento do templo, que estava no meio do largo, para outro terreno em frente á nova praça. As polêmicas duraram meses e numa noite a prefeitura demoliu o prédio sem autorização bispo. Apesar de o periódico fazer oposição ao prefeito Manoel Bento da Cruz, apoiou o ato e manteve a polêmica por meses.

A perspectiva operária não revela o mesmo vigor. A partir de 1913, a militância favorável aos operários entra em descenso, o tom anarquista esvanece e o jornal vai se tornando anódino, embora Cardarelli continuasse na direção. Apesar do curto período de combatividade, é significativo que um periódico pequeno, produzido em uma cidade nova e no interior do estado, opte por eleger os trabalhadores como um critério de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005). Essa opção pode ser explicada pela importância do movimento anarquista no início do século XX, apesar da repressão estatal e dos cerceamentos exercidos

²⁵ Dados sobre a cidade são imprecisos. Em matéria do próprio jornal de 1907 aponta a existência de 4.000 moradores na área urbana e 15.000 no município com 800 eleitores (Collectoria Federal, *O Baurú*, 20/10/1907).

²⁶ **Inauguração da Noroeste do Brasil.** *O Baurú*. 16/02/1908, p.1 e 2.

pelas classes dominantes²⁷. Outro ponto é que os ferroviários formavam um grupo significativo nesse período. Compunham um contingente importante de trabalhadores urbanos, registrados, com associações e formas de trabalho com característica industrial. Também já se organizavam politicamente, realizando movimentos reivindicatórios e greves de repercussão²⁸. Um exemplo foi a greve dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1906 que parou milhares de funcionários por várias cidades do estado por cerca de suas semanas (LEME, 1986). Mas, talvez, o que ajude a explicar, é a presença de intelectuais simpáticos à causa em um jornal de uma cidade que surgia como fronteira do movimento social da época²⁹. A reunião de trabalhadores nacionais e oriundos de várias nações (portugueses, espanhóis e italianos) em uma região de fronteira, onde a sociedade não estava ainda totalmente estabelecida e as normas eram tênues, seria vista pela militância como arena suscetível de intensas deflagrações políticas. Nessa lógica, entravam na pauta os direitos dos trabalhadores e a necessidade de reconhecimento social da classe operária e como extensão das lutas que ocorriam nos grandes centros.

Por outro lado, as folhas do *O Baurú* apontam para mais uma fratura social. Outros segmentos populares não recebiam tanta simpatia da parte dos redatores. Destacamos das notas policiais os bêbados, vagabundos, prostitutas e negros. Entre os anos de 1907 e 1910, há presença constante de notas relatando casos de bêbados desordeiros sendo presos para garantir a ordem na cidade. As formas dos textos indicam que o consumo exagerado de álcool incomodava a sociedade local e a repressão policial era encarada como a alternativa para a resolução do problema. Essas notas eram, em sua maioria, bem humoradas, irônicas, desqualificando os sujeitos em pauta e reconhecendo a força de domínio que a cachaça tinha sobre essas pessoas.

²⁷ Uma demonstração da existência de movimentos de trabalhadores que procuravam se organizar é uma nota da Liga Operária informando que no início do ano seguinte seriam reajustados os ordenados de pedreiros e serventes. (**Liga Operária**. *O Baurú*, 24/12/1912).

²⁸ Como exemplo da força e importância da categoria ferroviária na época é a Lei Eloy Chaves de 1923 criando a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões para atender exclusivamente os ferroviários (MUNAKATA, 1981).

²⁹ Uma questão que fica sem resposta é a identificação dos redatores e da direção do veículo que ajudariam a explicar o intrincado posicionamento político do veículo. Tarefa difícil porque não há informação biográfica sobre os profissionais. É possível afirmar que eles foram esquecidos, na memória da cidade e da imprensa eles não aparecem. Os jornalistas de destaques lembrados pela sua atuação são dos anos 1920, particularmente aqueles que atuaram no jornal *Correio da Noroeste* e atravessaram a década seguinte atuando na imprensa local. Uma das grandes lacunas no estudo da imprensa no interior são as informações biográficas que ajudariam a entender melhor as relações profissionais e políticas dos periódicos.

O excesso de álcool associado a atos antisociais eram apresentados como eventos típicos dos negros, prostitutas e vagabundos. Em alguns casos parecia aos redatores haver quase uma indissociabilidade entre a “branca” e os “pretos”. No caso dos negros, o texto procurava a identificação da cor e de características físicas típicas que, por sua vez, e em oposição, não eram utilizadas para identificar alguém branco³⁰. Ou seja, ser negro já era uma diferenciação social e fazia parte das regras do texto informar ao leitor em que lugar da sociedade o personagem estava³¹. Vejamos dois exemplos.

Todas no páu- As pretas Bertolina Maria de Jesus, Maria de Souza e a célebre vagabunda Maria Macaca, antehontem num *fregue* da rua dos cachorros as três marias discutiam: a qual bebesse tres copos da *branca que passarinho não bebe*, ganhava um par de chinellos... Mãos à obra; as três ferram num grosso *bicchieri*... resultando irem todas para a cadeia” (O Baurú, 01/08/1909, p.2).

A Zero- O preto Bernardino Oliveira, vulgo Barnabé...entrou num armazém e *encheu se da branca* começando a provocar todos que passavam... Barnabé, ficou valente, quiz experimentar para quanto *vale um preto velho de guerra*... mas, a *branca* que ele havia tomado teve mais força do que o valente. Barnabé, sem forças, foi conduzido para a cadeia.... (O Baurú, 08/08/1909, p.2).

Com brancos e pessoas reconhecidas de bem e componentes da chamada “sociedade” (como se nem todos fizessem parte dela) os critérios de redação eram opostos. Por exemplo, a esposa de um empreiteiro que prestava serviço à NOB atirou num funcionário que ficara encarregado da segurança dela enquanto o marido estava em viagem. Pensando haver um intruso no quintal durante a madrugada e temendo uma invasão, a mulher atirou e matou o “camarada”. A notícia relata o ocorrido e pontua, no próprio título, que a mulher não tinha culpa, teria sido uma fatalidade. Foi por presa por cometer o crime que teria ocorrido por um infortúnio, não por má índole ou mau comportamento³².

³⁰ Em uma nota de briga entre mulheres embriagadas, elas não são qualificadas como negras, mas há indicações pelo tipo de cabelo citado. As duas mulheres “depois dos cumprimentos, avançaram num trago da branquinha, e com alta pressão das caldeiras começaram a espirrar contra o vapor, agarrando-se pelos ‘carrapichos’. Porém Paulista, que segurava a garrafa levantou-a e espedaçou-a na testa da visitante, abrindo uma brecha na região frontal...” **Amisade à... garrafa.** O Baurú, 05/09/1909, p.2

³¹ Uma pequena nota policial marca claramente a distinção. “Quando tenciosava formar um rolo n’um botequim da Rua Cap. Alves, devido a forte *gazificação* do álcool foi preso o preto Raphael Paulo. -----Foi também preso no dia 24 o indivíduo Pedro Gonçalves”. **Notas Policiais.** O Baurú, 29/09/1909, p.2.

³² “...Emília, mulher cheia da coragem abriu a janela do próprio quarto... julgando ter a fazer com malfeitores, chamou João mais uma vez e, não obtendo resposta apontou a armar e disparou o segundo tiro... Emília na ânsia de ter cometido um crime, correu à janela do fundo, abriu e com horror indiscriptível viu embaixo da mesma o corpo, já cadáver, do infeliz camarada.... A pobre mulher horrorizada começou a chamar por socorro, e logo compareceu ao sr. delegado de polícia, soldados e muitos moradores da vizinhança... Emília, louca de dor

Schwarcz (2001) estudou a imprensa paulistana na segunda metade do século XIX e identificou a presença da divulgação de teorias científicas do período, tais como do evolucionismo biológico de Darwin, do evolucionismo social de Spencer e da antropologia criminal de Lombroso. Essas teses alimentavam leituras de casos cotidianos de alcoolismo, assassinatos e ociosidade noticiados nos grandes jornais. Era comum menção à possibilidade de degenerescência dos criminosos e dos consumidores de álcool. A medicina legal dava suporte científico às teses de que os comportamentos anti-sociais remetiam-se a problemas do corpo. E a raça era um viés por onde as diferenças sociais estariam marcadas. Schwarcz demonstra que *O Correio Paulistano* e a *Província de São Paulo* noticiavam acontecimentos envolvendo negros, escravos ou libertos, representados de maneira predominante como selvagens, sem civilização e praticantes de costumes bárbaros, violentos, frios, ingratos, sem capacidade de autonomia, degenerados com vícios físicos e morais, suscetíveis ao álcool, ao ócio, à promiscuidade e perversões sexuais.

Esse quadro de representações sociais dos negros é claramente similar ao retratado pelo *O Baurú*. Em notícia sobre o estupro de uma idosa na vizinha cidade de Agudos, o redator penalizado detalha o trágico acontecimento e qualifica o agressor informando que “Martin Roque é um preto vagabundo e desordeiro que tem um passado pouco lisongeiro; contudo ninguém o suporia capaz de perpetrar o nefando atentado que vamos relatar...”³³.

A relação entre álcool e condição social dos negros já foi apontada por Fernandes (1964). Para o autor, a questão é intrincada. Existem inúmeros relatos descrevendo a presença de negros bêbados nos botequins da cidade de São Paulo e sambando pelas ruas. O consumo do álcool seria uma forma de expressão socialmente disponível diante das condições de exclusão social, mas não era praticada por todos os negros. A bebida acentuava a degradação do indivíduo, mas aliviava as tensões sociais. O autor registra em livro uma versão da tradição oral simbolizando a leitura que a sociedade branca fazia desse fenômeno: “Branco quando morre, foi a morte que o levou. Negro quando morre, foi a cachaça que matou” (FERNANDES, 1964: 146). A nota de Fernandes nos sugere que *O Baurú* não estava fazendo

entregou-se a prisão, onde foi visitada, causa da estima que aqui goza”. **Assassinato - Homicídio involuntário.** *O Baurú*, 16/05/1909, p.2.

³³ **Um Monstro.** *O Baurú*, 11/11/1907, p.1.

uma leitura original sobre a suposta suscetibilidade dos negros ao álcool, apenas reproduzia uma representação social ainda corrente.

A inferiorização social dos negros também era marcada no nível das práticas culturais aceitáveis para a área central da cidade e da vida urbana ordeira³⁴. Em outra nota, o redator apresenta um problema, os batuques no centro da cidade, e coloca-se como representante da ordem, representante dos moradores do lugar que ficam incomodados com a barulheira ecoando até altas horas.

As colocações indicam claramente que os negros estavam distantes dos direitos de cidadania. Para o jornal os operários deveriam ser contemplados pela igualdade entre os cidadãos, mas os negros, não. O importante é destacar que além do jornal colocar-se como porta voz daqueles que eram definidos socialmente como cidadãos, ele veicula e reforça as fronteiras dessa cidadania, ao mesmo tempo em que busca preservá-la, protegendo aqueles privilegiados de possíveis ameaças aos seus direitos.

Nesse período, o jornal publica com insistência notas comentando as desordens causadas por bêbados, malandros e prostitutas. Muitas das arruaças narradas ocorrem nas cercanias da zona de prostituição que era próxima ao centro da cidade³⁵. A campanha do periódico é noticiar a constante ocorrência de problemas como justificativa para cobrar das autoridades policiais atuações mais enérgicas de limpeza da urbe.

Há significativa bibliografia na área da história da que aponta para os projetos de higienização urbana desde a última década do século XIX em São Paulo e no Rio de Janeiro³⁶. As políticas eram de eliminar os pobres das áreas centrais, demolindo cortiços, policiando as ruas, implantando procedimentos higienistas modeladores de novos padrões de moradia e comportamento no espaço público. Todos aqueles que não se enquadravam, brancos ou negros, deveriam ser retirados, reprimidos e educados. Em outra via, seria o período de

³⁴ “Parece-nos que o sr. dr. delegado de polícia local que tanto se esforça para a boa ordem em nossa cidade, devia não consentir dansas de samba nas ruas centraes de Baurú, o que muito incommoda os moradores dessas ruas, podendo ainda esse sambas serem causa de serias desordens. Os promotores dessas dansas barulhentas que as realisem em logares afastados e não no centro da cidade”. (**Samba**. O Baurú, 21/06/1908, p.2)

³⁵ **Falta de respeito?** O Baurú, 26/05/1907, p.2; **Guerra aos bordéis**. O Baurú, 15/09/1907, p.2; **Medidas Policiaes**. O Baurú, 24-11/1907, p.2; **Polícia**. O Baurú, 26/04/1908, p.3; **Ocorrências Policiais**. O Bauru, 07/06/1908, p.2; **OS CONVENTOS – Algazarra na Rua Jorge Tibiriça**. O Baurú, 27/07/1909, p.2; **Ao Sr. Delegado de polícia**. O Baurú, 01/08/1909, p.2; **Vício**. O Bauru, 30/11/1909, p.2; **Com a polícia**. O Baurú, 06/11/1910, p.2; **Campanha necessária**. O Baurú, 24/03/1912, p.2; **Mendigos**. O Baurú, 07/04/1912;

³⁶ Para São Paulo: destaque: Rago (1985), Rolnick, (1999), Bonduki (1998). Para o Rio de Janeiro: destaque Fritsch & Pechman (1983/1984), Sevcenko (1983).

formação da classe operária brasileira e precisava estar marcada a fronteira entre trabalhadores regulares e normais e os grupos perigosos e insubmissos.

É possível que a população bauruense de bem ficasse sobressaltada com a presença de muitos forasteiros e aventureiros pela região de fronteira, considerada como o lugar de novas oportunidades. Além do alto número de pessoas buscando emprego, e tudo indica, com predominância masculina, em pelo menos um momento há menção a “deportados”. Uma matéria de 1913 denuncia que o governo do Estado estava enviando compulsoriamente pessoas presas na capital. Seriam malandros, prostitutas, mendigos e pessoas consideradas ociosas, aptas ao trabalho, mas sem comprovação do mesmo. Eles estariam tirando a tranquilidade dos moradores das cidades à beira da linha e até dos funcionários que moravam ao lado do leito ferroviário. Houve reclamações de bebedeiras, mendicância e furtos por levas de famintos e mulheres sem-vergonha, bem como de pessoas que buscavam voltar para a capital, mas não tinham posses suficientes³⁷. O redator reconhece a situação de desamparo de alguns causada pelas autoridades da capital, mas observam que os moradores da região estão sendo prejudicados pela presença de miseráveis e aventureiros. O caso fora denunciado por jornais operários e por veículos da grande imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro (CASTRO, 1993). Durante alguns anos a polícia passou a prender malandros, desocupados, prostitutas, trabalhadores manuais e ocasionais para enviá-los à obras da Noroeste. A estratégia servia para atender a necessidade das empreiteiras de mão de obra barata e para expulsar das ruas os indivíduos indesejáveis. Grupos deles eram escoltados até as obras e obrigado e se empregar na construção. Parte desses deportados escapava e passava por Bauru, provocando os protestos de moradores locais.

A problematização do posicionamento que *O Baurú* faz em relação aos grupos sociais indicam algumas problemáticas da sociedade e da imprensa da época com perspectivas contraditórias. O jornal surge nos quadros de uma imprensa forjada para expressar os interesses das elites envoltas pela política oligárquica da primeira república, entretanto posiciona-se em tendência mais liberal do Partido Republicano Paulista, em alguns momentos

³⁷ “Baurú acha-se invadido por uma enorme quantidade de homens e mulheres que, deportados pela polícia da capital, para a Noroeste, da melhor forma possível regressam a esta cidade e, faltando-lhe por completo todo e qualquer recursos para regressarem a sua procedência, estabelecem suas residência nas ruas e nos prédios em construção, fazendo deste pobre Baurú o teatro das suas exibições de misérias, de pouca vergonha e de embriaguez.....” **Os Deportados**. *O Baurú*, 30/03/1913, p.1.

colocando-se na oposição, possibilitando espaço para críticas aos que estavam no poder. Essa brecha será alimentada, durante alguns anos, por um grupo afinado às ideologias operárias e que teria um terreno fértil numa região em que novas contradições sociais estavam em efervescência, havendo um contingente popular suscetível a mobilização social e política. Temos aí, campos políticos opostos convivendo e alimentando-se nas mesmas páginas.

Afinado ao movimento operário por alguns anos, *O Baurú* abre espaço de representações políticas aos trabalhadores ferroviários, ampliando as possibilidades para a imprensa dialogar com grupos tradicionalmente ausentes de suas páginas. Os conteúdos e gêneros do impresso variam (anúncios de reuniões, notas relatando movimentação de organizações políticas, notícias denunciadoras das condições de trabalho degradante, textos analíticos e mordazes sobre atuação da igreja e sobre a política da NOB com os trabalhadores), mas os objetivos convergem para a defesa temporária da classe operária ferroviária.

Em outra perspectiva, *O Baurú* compartilhava e reproduzia as representações sociais dominantes em relação aos padrões de formação do espaço público, da organização da vida urbana, da normatização da classe operária produtiva, ordeira e submissa. Antes mesmo da implantação dos direitos sociais, que passam a ocorrer significativamente depois de 1930, os havia sido atribuída a eles as formas consideradas corretas de inserção social. Estavam fora desse plano os trabalhadores informais e temporários, os desempregados, os negros e os grupos perigosos (FOUCAULT, 1982).

O jornal manteve, durante toda a sua existência, o discurso de que estava defendendo a sociedade, o interesse público, as necessidades da cidade e também dos trabalhadores e atacando as instituições tradicionais e os coronéis. Seus redatores teriam compromisso com a verdade, posição defendida Rui Barbosa, expoente tanto da política e como do jornalismo da época (BARBOSA, 2008). A combatividade durou alguns anos e a ambiguidade por toda a existência do periódico. De qualquer maneira, fica uma trajetória interessante e singular demonstrando a presença de diversas temporalidades em um mesmo jornal.

Bibliografia

AQUINO, Maria A. de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978)** - o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Marialva C. **História Cultural da Imprensa**. Brasil - 1900-2000. Rio de Janeiro, Mauá. 2007.

BARBOSA, Rui. **A Imprensa e o dever da verdade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas v.1*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP. 1998.

CAPELATO, Maria H. **Os Aautos do Liberalismo**. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense. 1989.

CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria. L. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1980.

CASTRO, Maria I. M. **O Preço do Progresso**. A Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914). Mestrado em História. Campinas: Unicamp. 1993.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?** Sobre a história e os Historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CRUZ, Heloisa de F. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p.70-97.

FERRAZ, Brenno. **Cidades Vivas**. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp. Editores. 1924.

FERREIRA, Maria N. **A Imprensa Operária no Brasil - 1880-1920**. Petrópolis, Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRITSCH, Lilian. & PECHMAN, Sergio. A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, n.8/9, p.139-195, 1984/1985.

HARDMAN, Francisco F. **Nem Pátria, nem Patrão!** 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HARDMAN, Francisco F. **Trem Fantasma**. A Modernidade na Selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: REMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996. p.213-225.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda** – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEME, Dulce M.P. de C. **Trabalhadores Ferroviários em Greve**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1986.

LUCA, Tania R. de. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora Unesp. 1999.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. 3. ed. São Paulo. Summus. 1988.

MORATELLI, Thiago. **Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Mestrado em História. Campinas: Unicamp. 2009.

MUNAKATA, Kazumi. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Mariana. **Jornalismo, Cidade e Sociedade em O Baurú**. Relatório de Iniciação Científica, Fapesp, 2013.

ROLNICK, Raquel. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo. 2 ed. São Paulo: Nobel. 1999.

SANTOS, Carlos J. F. dos. **Nem Tudo era Italiano**. São Paulo e Pobreza: 1890-1915. 2 ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SCHWARCZ, Lilian. M. **Retrato em Branco e Negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHUDSON, Michael. **Discovering The News**. A Social History of American Newspapers. Basic Books, 1978.

SMITH, Anne-Marie. **Um Acordo Forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. v.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.